



Novos estatutos das ordens profissionais não escapam a críticas

Profissões reguladas A medida já estava prevista no memorando assinado com a 'troika', mas as alterações aos estatutos só agora começam a ser discutidas no Parlamento.

Cristina Oliveira da Silva
cristina.silva@economico.pt

Uma das medidas previstas no memorando de entendimento assinado com a 'troika', em 2011, só verá a luz do dia depois dos credores externos terem abandonado o país. O programa de ajustamento começou desde

logo por defender a revisão dos requisitos ligados às profissões reguladas, com a 'troika' a defender a eliminação de restrições injustificadas a estas profissões. Mas só hoje - quatro anos depois no início do programa da 'troika' e quase um ano após o fim do resgate - os deputados começam a discutir a questão.

A lei-quadro das associações públicas profissionais já está publicada desde o início de 2013 e o Governo tinha 90 dias para apresentar à Assembleia da República as propostas de alteração aos estatutos existentes, processo que acabou por se prolongar.

Hoje, o debate parlamentar

incide sobre quatro áreas: despachantes oficiais (cuja Câmara será transformada em Ordem), revisores oficiais de contas, técnicos oficiais de contas (que passará a Ordem dos Contabilistas Certificados) e médicos veterinários. Mas, ao todo, são 18 os estatutos a reavaliar, incluindo as Ordens dos economistas,

engenheiros, engenheiros técnicos, arquitectos, biólogos, enfermeiros, médicos, médicos dentistas, notários, solicitadores, advogados, psicólogos, nutricionistas e farmacêuticos.

As propostas do Governo não escapam a críticas dos bastonários, mas também há quem aponte vantagens. ■